

Estratégias de legitimação de eventos negativos: um estudo do disclosure ambiental após o rompimento de barragem de mineração

FERNANDO CÉSAR B. AMORIM
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FEI-SP

MARIA TEREZA SARAIVA DE SOUZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPGA/FEI/SP

ESTRATÉGIAS DE LEGITIMAÇÃO DE EVENTOS NEGATIVOS: UM ESTUDO DO DISCLOSURE AMBIENTAL APÓS O ROMPIMENTO DE BARRAGEM DE MINERAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O *disclosure* ambiental publicado nos RS e documentos corporativos está inserido nas estratégias de legitimação empresariais. Ele é o resultado das ações de executivos, que, em razão do interesse dominante, preferem a linguagem narrativa à quantificável (BECK; CAMPBELL; SHRIVES, 2010), pois a linguagem textual pode ser deliberadamente moldada e enviesada para influenciar (DE GROOT et al., 2015) e controlar as impressões do público (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010).

As estratégias de *disclosure* ambiental voluntário permitem às organizações desenharem e conceberem um tipo de mensagem que molda a forma como públicos relevantes percebem a corporação (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). As estratégias podem ser usadas oportunisticamente para produzir informações que são parcialmente ou seletivamente reveladas (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015; MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2017), e enviesadas (MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011).

O controle das impressões do público se dá quando, numa atitude oportunista, e em seu próprio interesse (BEN-AMAR; BELGACEM, 2018), empresas selecionam estrategicamente informações e as apresentam em forma descritiva em documentos corporativos, de modo a realçar ações organizacionais específicas de natureza positiva, ao mesmo tempo em que ignoram outras, distorcendo as percepções de leitores (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Desta forma, organizações recorrem à argumentação defensiva, procurando esquivar-se com o uso deliberado de termos imprecisos e de caráter atenuante (BEATTIE, 2014), sobretudo ao se referirem a acidentes e aos danos causados por estes.

As estratégias utilizadas em razão da ocorrência de eventos negativos são respostas a crises decorrentes de acidentes ambientais com grande repercussão. Elas visam reparar a legitimidade por meio de táticas argumentativas que se contrapõem às consequências adversas das informações negativas divulgadas (MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011). A reparação de imagem é uma forma de discurso de persuasão que as corporações apresentam a públicos variados, na tentativa de influenciá-los favoravelmente (BENOIT, 1997). Estas crises afetam públicos específicos e formadores de opinião (CHO et al., 2012), bem como parceiros de negócios (SUCHMAN, 1995), que podem reconhecer um evento negativo como sendo ofensivo e danoso à reputação da empresa.

Assim, o risco de contágio negativo pode levar parceiros de longa data a dissociarem-se de organizações que têm sua legitimidade posta em xeque (SUCHMAN, 1995), pois a legitimidade é recíproca. Diversos estudos têm identificado uma relação entre as estratégias de *disclosure* ambiental e as intenções de legitimação relacionadas a eventos negativos, os quais são consistentes com tentativas de reparar a imagem e a legitimidade de organizações (LINDBLOM, 1983; SUCHMAN, 1995; BENOIT, 1997; CHO, 2009; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; CHO et al., 2012; FOOKS et al., 2013; HAHN; LULFS, 2014; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015; ARORA; LODHIA, 2016; LUPU; SANDU, 2017; ASAY; LIBBY; RENNEKAMP, 2018).

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as estratégias de legitimação utilizadas no *disclosure* ambiental visando neutralizar eventos negativos como grandes acidentes ambientais. O rompimento da barragem de Fundão pertencente à Samarco, na cidade de Mariana (MG), ocorrido em 2015, se insere neste contexto. Foi um desastre de grandes proporções (IBAMA, 2015), que levou à morte de pessoas e animais, destruindo ecossistemas e vilarejos, bem como afetando a subsistência de populações nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo (DEMAJOROVIC; LOPES; SANTIAGO, 2019). A ocorrência de eventos desta

natureza tem o potencial de prejudicar a reputação de marcas (ROBERTS, 2003), pois expõe empresas diante da população, levando à expansão e maior uso do disclosure de natureza defensiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Não obstante os limites da força da persuasão retórica, as percepções do público podem se tornar mais importantes do que a realidade, e importa mais saber se a empresa é vista como responsável por um evento negativo, do que se ela é de fato responsável (BENOIT, 1997). Assim, empresas agem para lidar com os problemas que põem em risco sua imagem junto ao público, com ações de caráter preventivo, ou de reparação, quando o incidente já provocou perda de legitimidade (HAHN; LULFS, 2014).

A princípio executivos da empresa podem negar o problema, na esperança de apaziguarem as preocupações. Porém, revelações subsequentes podem depauperar a reserva de legitimidade que a organização tem. Assim, ao invés de negar o problema, a empresa pode se eximir, questionando sua responsabilidade moral, podendo vir a culpar autoridades externas e seus funcionários individualmente (SUCHMAN, 1995). A negação da responsabilidade visa rejeitar e reduzir a responsabilidade da empresa pelo acidente, eximindo-a de culpa (BENOIT, 1997). A existência de aspectos negativos pode ser vista como algo comum na indústria, e o acidente é retratado como um problema coletivo, um desafio. Com esta abstração, a empresa redireciona a atenção centrada em torno de uma companhia, para a indústria como um todo, legitimando aspectos negativos com sua generalização (HAHN; LULFS, 2014).

Em meio a crises de legitimidade, as organizações enredarão esforços voltados a ações de correção, com relatos que dissociem sua imagem do incidente (ARORA; LODHIA, 2016), desviando a atenção do público para outros assuntos, ou realçando a imagem da companhia e associando-a a valores sociais positivos, reforçados com informações auto elogiosas (CHO, 2009). A legitimação de eventos negativos abrange oito estratégias: Autorização, Racionalidade Aparente, Justificar e Eximir-se da Responsabilidade, Manipulação Temática, Manipulação Retórica, Simplificação de Fatos, Ação Corretiva, e Mortificação (Quadro 1).

A Estratégia da Autorização faz referência a autoridades que gozam de reconhecimento e respeitabilidade e com alto poder legitimador (LINDBLUM, 1983). Companhias justificam ações com menção a pessoas que têm atuação reconhecida na academia, em órgãos reguladores e instituições de renome (LUPU; SANDU, 2017). Diferentemente de quando marginalizam um acidente, as empresas não emitem juízo, antes recorrem a entidades e órgãos, que emitem explicações, os quais a empresa infratora usa para justificar-se (HAHN; LULFS, 2014).

Por outro lado, companhias acusadas de ações indevidas também recorrem à Estratégia da Racionalidade Aparente, e o fazem quando tentam explicar e justificar aspectos negativos, os quais descrevem como fatos inevitáveis e normais. Assim, certas práticas são vistas a partir de sua pretensa utilidade, tidas como “fatos da vida” (HAHN; LULFS, 2014, p. 411).

A fim de evitar implicações, empresas também podem tentar Justificar e Eximir-se da Responsabilidade redefinindo parâmetros e objetivos retrospectivamente, para que estes aparentem ser condizentes com os valores vigentes. Com esta estratégia, a empresa procura transferir a culpa, argumentando que na verdade outra pessoa ou organização são responsáveis pelo ocorrido e não ela. Assim, a organização pode afirmar que este foi apenas uma resposta às ações de outros, ela também pode eximir-se alegando falta de informação com relação a importantes elementos que contribuíram para o ocorrido (BENOIT, 1997).

Se os gerentes não conseguirem idealizar uma narrativa que elimine a responsabilidade moral, eles podem recorrer a explicações para obter apoio dos que estão à sua volta (SUCHMAN, 1995). Eles podem se valer da Manipulação Temática (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), reforçando a impressão positiva a respeito da organização, a fim de neutralizar (CHO et al., 2012; FOOKS et al., 2013), os

sentimentos negativos surgidos em decorrência do acidente. Assim, a empresa procurará descrever aspectos que lhe são favoráveis ou ações positivas que tenha tomado, expressando simpatia para com os moradores da comunidade afetada (BENOIT, 1997).

A estratégia da Manipulação Retórica (AERTS, 1994; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; BEATTIE, 2014; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), visa obscurecer informações negativas (ASAY; LIBBY; RENNEKAMP, 2018), desviando o foco do leitor do problema (CHO, 2009), e colocando o acidente em um contexto mais favorável (BENOIT, 1997). A companhia acusada procurará esquivar-se com o uso deliberado de termos imprecisos e de caráter atenuante, e com maior complexidade a fim de persuadir o leitor. Assim, a associação entre a companhia e um aspecto negativo é difusa, pois os eventos negativos são divulgados superficialmente (ARORA; LODHIA, 2016), com relatos ambíguos (HAHN; LULFS, 2014).

Na estratégia de Simplificação de Fatos, a empresa menciona a ocorrência de um evento negativo de modo simples, como um fato, sem explicações ou justificações pertinentes. Assim, a companhia apenas quantifica um incidente negativo, mas não o avalia e o deixa ao julgamento dos leitores do RS. Porém, o que pode ser visto como relato imparcial, desafia os leitores a estimarem os fatos relatados sem que tenham parâmetros para tal (HAHN; LULFS, 2014).

A ocorrência de acidentes ambientais pode levar as organizações a admitir a ocorrência de falhas em aspectos limitados de suas operações e então agir com firmeza para remediá-las, com a substituição de executivos e com contraditórios processos de reestruturação de sua força de trabalho (SUCHMAN, 1995). Assim, com vistas a minimizar os sentimentos negativos associados ao acidente, a empresa divulgará Ações Corretivas que corrijam ou minimizem o problema. Com esta estratégia, empresas esperam recompor as operações e negócios que detinham antes do acidente, ao mesmo tempo em que se comprometem em prevenir a repetição de novos acidentes no futuro (BENOIT, 1997).

Na última estratégia, a de Mortificação, a empresa tenta restaurar sua imagem, confessando seu erro, pedindo perdão e se desculpando junto aos que foram atingidos (BENOIT, 1997). Com isto, a empresa demonstra sua contrição, com a expectativa de conseguir persuadir seus pares de que podem seguramente retomar transações com ela (SUCHMAN, 1995). No entanto esta atitude pode abrir as portas para ações judiciais. Uma companhia que está sob severo escrutínio do público devido a uma falta, provavelmente deveria admitir sua responsabilidade imediatamente. Além do fato de que isto é o que é moralmente correto a ser feito, tentar negar alegações verdadeiras pode ser contraproducente, pois uma organização que falsamente nega responsabilidades por ações danosas tem sua credibilidade arruinada caso a verdade venha à tona (BENOIT, 1997).

Desta forma, os relatos de acidentes ambientais nos RS se caracterizam por argumentações de autodefesa, com empresas tentando se esquivar de responsabilidades (SUCHMAN, 1995; BENOIT, 1997), ao mesmo tempo em que procuram se mostrar associadas a instituições e órgãos de controle, cujas regulações e procedimentos recorrem para avaliar suas práticas (LINDBLOM, 1983; HAHN; LULFS, 2014; LUPU; SANDU, 2017). Em suas densas explicações, as corporações manipulam conteúdos, direcionando-os em seu favor ao enfatizarem resultados positivos e ofuscarem informações adversas (BENOIT, 1997; CHO, 2009; FOOKS et al., 2013; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), com esse fim, elas recorrem ao uso de linguagem apaziguadora que evita a confrontação. Ao mencionarem aspectos negativos, as empresas evitam fornecer explicações claras e objetivas e deixam ao leitor a prerrogativa de extrair conclusões a respeito do conteúdo não divulgado (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015; ASAY; LIBBY; RENNEKAMP, 2018). Em seu esforço por ocultar informações negativas (NAZARI; HRAZDIL; MAHMOUDIAN, 2017), empresas também podem recorrer a uma aparente racionalidade, pois induzem o leitor a compreender os fatos como se fossem inevitáveis (HAHN; LULFS, 2014).

Quadro 1 – Estratégias de reparação da legitimidade referentes a *disclosure* negativo: acidentes ambientais, eventos adversos, incidentes

Estratégias	Explicação	Autores
Autorização e associação com símbolos	Quando a empresa busca associar-se a símbolos que detêm autoridade e alto poder legitimador, como organismos e instituições de renome, pesquisadores e especialistas, bem como regulações que emanam do poder público.	LINDBLOM (1983); HAHN; LULFS (2014); LUPU; SANDU (2017)
Racionalização aparente	Tentativa de explicar e justificar aspectos negativos recorrendo a uma aparente racionalidade, como se estes pudessem ser compreendidos como um fato inevitável.	HAHN; LULFS (2014)
Justificar e eximir-se da responsabilidade	Justificar a ruptura questionando a responsabilidade moral da companhia, redefinindo meios e os fins retrospectivamente. Sustentar que os incidentes negativos ocorreram devido à falta de controle sobre importantes fatores ou acidentalmente de modo a obter apoio.	SUCHMAN (1995); BENOIT (1997)
Manipulação temática	Escolha seletiva de temas a fim de impressionar o leitor com informações positivas internamente identificadas e enfatizadas por meio do autoelogio e repetição, de modo a se sobrepor às informações adversas, atribuídas externamente.	AERTS (1994); NEU; WARSAME; PEDWELL (1998); DAVISON (2008); CHO; ROBERTS; PATTEN (2010); MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY (2011); RUTHERFORD (2013); BEATTIE (2014); LEUNG; PARKER; COURTIS (2015); ASAY; LIBBY; RENNEKAMP (2018)
Manipulação retórica	Argumentação defensiva que procura esquivar-se por meio de táticas verbais evasivas e uso da voz passiva, recorrendo de forma deliberada a termos imprecisos, de maior complexidade e de caráter atenuante. Visa persuadir e desviar o foco do leitor, com explicações em torno de expectativas e futuridade, obscurecendo informações negativas.	AERTS (1994); NEU; WARSAME; PEDWELL (1998); CHO; ROBERTS; PATTEN (2010); RUTHERFORD (2013); BEATTIE (2014); LEUNG; PARKER; COURTIS (2015); LUPU; SANDU (2017); TREGIDGA (2017); ASAY; LIBBY; RENNEKAMP (2018)
Simplificação de Fatos	Menção da existência de um aspecto negativo como um fato que é quantificado, mas sem fornecer explicações ou justificativas, retendo informação e deixando ao leitor a prerrogativa de julgar o conteúdo do relatório.	CHO (2009); HAHN; LULFS (2014)
Ação corretiva	Quando a companhia se compromete com mudanças, apresentando de ideias, intenções ou medidas para o encaminhamento de soluções do problema, enfatizando ações corretivas específicas de modo claro e precisamente identificado.	LINDBLOM (1983); BENOIT (1997); HAHN; LULFS (2014); ARORA; LODHIA (2016)
Mortificação	A organização tenta restaurar sua imagem. Ela então confessa seu erro, pede perdão e se desculpa junto a todos que foram atingidos pelo acidente.	SUCHMAN, (1995); BENOIT (1997); ARORA; LODHIA (2016)

Fonte: Autores.

Em sua estratégia de reparação de imagem, as organizações demonstrarão as ações reparadoras que executam junto à comunidade afetada e sociedade em geral, de modo enfático e com clara identificação de autoria (LINDBLUM, 1983; BENOIT, 1997; HAHN; LULFS, 2014; ARORA; LODHIA, 2016). Tais ações são importantes para a organização que tenta restaurar sua imagem, mas não o fazem sem antes pedir perdão e se desculpar junto aos que foram atingidos pelo acidente (SUCHMAN, 1995; BENOIT, 1997).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste estudo, adotou-se o paradigma interpretativista, o qual refere-se a uma rede com premissas epistemológicas, ontológicas e metodológicas, num esquema interpretativo com um conjunto básico de ideias, e assunções maiores que orientam ações (DENZIN; LINCOLN, 2000). Este paradigma está preocupado com o sentido das coisas a partir de um contexto ou perspectiva, pois dá preferência ao sentido, invés da medida objetiva. Para Schwandt (2006), ele é inerentemente significativo, pois se baseia na visão de que o mundo social possui uma situação ontológica duvidosa e de que o que passa por realidade social não existe em sentido concreto, mas é produto da experiência subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos (MORGAN, 2005).

A abordagem qualitativa é aplicável a esta pesquisa, pois se apoia na obtenção de dados de texto (CRESWELL, 2010), que constituem o conteúdo principal de diversos relatórios, como os relatórios anuais, “qualitativos em sua natureza” (DEEGAN; RANKIN; TOBIN, 2002, p. 317). A estratégia adotada para analisar os dados se baseia na análise de conteúdo, a qual Bardin (2009, p. 42) define como “o conjunto de técnicas de análise que visa obter, por procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo, indicadores, quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimento”.

Assim, a análise textual implicou na leitura de toda a narrativa do RS relativa ao rompimento da barragem, assegurando melhor interpretação do sentido de palavras e frases (ABED; AL-NAJJAR; ROBERTS, 2016), pois procurou-se identificar as seções e qualquer passagem no RS que fizesse menção ao acidente ambiental (HAHN; LULFS, 2014). A coleta dos dados incluiu informações textuais, com análise da narrativa a partir do conteúdo de sentenças. Os documentos analisados compreendem basicamente, o Relatório do IBAMA relativo ao desastre ambiental, os RS dos períodos de 2012, 2013, 2014, e de 2015/16, o primeiro RS publicado pela empresa após o rompimento da barragem em 2017.

A análise teve como base as categorias teóricas identificadas na revisão da literatura: Autorização e Associação com Símbolos, Racionalização Aparente, Justificar e Eximir-se da Responsabilidade, Manipulação Temática, Manipulação Retórica, Simplificação de Fatos, Ação Corretiva, e Mortificação.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: PERÍODO ANTERIOR E POSTERIOR AO DESASTRE AMBIENTAL

Esta seção traz os resultados da pesquisa subdivididos em dois tópicos. No primeiro é feita uma análise argumentativa do período anterior e posterior ao desastre ambiental. Na sequência são apresentados os resultados da análise das narrativas do RS após o acidente, tendo por base as categorias de reparação da legitimidade referentes a acidentes ambientais.

4.1 A mudança de padrão do relato: da ênfase na reputação positiva à dissociação do *disclosure* negativo

O Quadro 2 apresenta o *gap* entre o relato da empresa e o *disclosure* negativo. Ele evidencia que a empresa procura se dissociar do desastre ambiental. Em sua estratégia de dissuasão, ela apresenta relatos atenuantes dos impactos do desastre, e divulga de modo ostensivo as ações de reparo que executou, omitindo a realidade objetiva dos fatos.

Quadro 2 – O *Disclosure* ambiental e a realidade objetiva omitida

	Relato atenuante dos impactos negativos	Relato das ações de reparo	Realidade omitida
Acesso à água	11,1 milhões de m ³ de rejeitos estão se <u>diluindo</u> ao longo do rio. Um ponto crítico (...) foi a <u>afetação temporária do abastecimento de água</u> . Pluma de rejeitos <u>afetou apenas temporariamente</u> a captação de água no rio Doce. Em 2015 abastecimento restabelecido.	Nos meses subsequentes diversas medidas foram tomadas para garantir o acesso à água ao longo do rio Doce, como a construção de adutoras e a perfuração de poços. O abastecimento (...) está gradativamente voltando a ser estabelecido (relato em Set/2017).	Contaminação do rio, de suas margens e de seus afluentes. Corte no fornecimento de água para a população. O acesso à água não foi prontamente restabelecido.
Índios	A empresa passou a <u>se relacionar com povos indígenas</u> . Construir (...) programas (...) voltados à recuperação e à <u>melhoria de qualidade de vida da população indígena</u> . - Identificar (...) o modo de vida dessa população.	Fornecimento de água potável para consumo humano e animal, 3.000 litros de água mineral diariamente, 140 caixas d'água, 100 bebedouros, instalação de cerca no Rio Doce. Pagamento de salários mínimos por família.	Poluição de rios, água impróprias para consumo, impossibilitando o consumo de peixes e crustáceos. Destruição do habitat da população indígena e de suas fontes de subsistência como caça e pesca.
Comunidade de	A Samarco se mobilizou para prestar assistência às comunidades impactadas, reinstalar a população desabrigada, apoiar a busca por desaparecidos e prestar esclarecimentos às autoridades e ao poder público.	7.705 cartões de auxílio-financeiro para 16 mil pessoas. Reconstrução de sete pontes danificadas. 818 alunos concluíram o ano letivo de 2015. Revegetação de 835 hectares de mata. Resgate de 2.000 bens arquitetônicos.	Pessoas sem fonte de sustento. Destruição de vias de acesso. Interrupção de aulas em escolas. Destruição do solo, flora e de lavouras. Patrimônio histórico destruído.
Corpos hídricos	Rejeitos estão <u>impactando corpos hídricos</u> . Assistência a 5.639 animais. O resgate de espécies, embasará estudo <u>científico sobre peixes</u> nativos. Informações sobre <u>saúde dos animais potencialmente atingidos</u> , e de mortalidade, foi acumulada. <u>Escassez de informações sobre níveis de elementos tóxicos</u> em espécies na literatura científica.	471 cardumes em <u>áreas impactadas ou não</u> pela pluma, 1.700 peixes e crustáceos <u>recolhidos antes da passagem da pluma</u> ; 1.912 ninhos de tartarugas <u>resgatados previamente</u> ; 8.708 filhotes de tartarugas <u>protegidos</u> ; <u>225 resgates</u> de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, aracnídeos; 15.831 registros independentes de fauna.	Destruição da fauna; contaminação e mortandade de peixes e crustáceos; animais feridos e separados de seus donos.
Peixes mortos	Remoção, transporte e destinação final de peixes mortos durante a passagem da pluma, <u>finalizado</u> , maio de 2016.	Resgate e manejo de fauna silvestre e monitoramento de fauna, para <u>investigar a relação de animais mortos</u> .	Peixes soterrados, asfixiados, em avançado estado de decomposição não flutuam, impossibilita estimar a mortandade total dos organismos aquáticos.
Impactos da pluma de rejeitos	Todos impactos (...) <u>foram identificados</u> . Empresa contratou consultoria para <u>compreender o impacto</u> da passagem da pluma de rejeitos sobre a ictiofauna do rio Doce. (...) <u>não foram registradas famílias de larvas de peixes raras, exóticas, ameaçadas de extinção</u> (...) a abundância da carcinofauna foi significativamente superior na área de deposição mais espessa, indicando que essa espécie não foi afetada pela presença de rejeitos.	As equipes de Meio Ambiente da Samarco vêm avaliando os <u>efeitos da pluma de rejeitos sobre corpos hídricos</u> (...) e realizaram ações para revegetação emergencial de margens e resgate de peixes e outros animais ao longo da bacia do rio Doce. O resultado da expedição contabilizou 471 registros de cardumes ao longo de 670 km, nas áreas avaliadas, <u>independentemente de terem sido impactadas ou não pela pluma de turbidez</u> .	Todos os impactos negativos e efeitos da pluma de rejeitos sobre os corpos hídricos. Impactos negativos em áreas afetadas pela pluma de rejeitos. Todas as espécies que foram afetadas pela presença dos rejeitos.

Fonte: Autores.

A seção inicial do RS de 2012 relata as dificuldades enfrentadas pela empresa com a queda na demanda por minério de ferro e a redução do preço de venda da pelota. Também apresenta os desafios de ampliação da capacidade produtiva num momento de retração, o que a empresa veio a superar em 2013. O relato da Presidência celebra com otimismo as virtudes da empresa, destacando a excelência de suas operações, que ela faz sempre “mais e melhor”. Isto lhe permitiu alcançar um “momento muito especial” em 2013, pois a empresa experimentou a “maior expansão da história”, devido à ampliação de sua capacidade produtiva, descrita como um dos mais importantes projetos no setor privado do país. Em seu relato de pujança, a empresa diz ter chegado ao final do ano preparada para um “grande desafio”, reafirmando sua visão de “construir um legado positivo”, pois assegura ter evoluído e segue “rumo à sustentabilidade”, com apenas uma menção às incertezas econômicas vindas do exterior (GRI, 2016, p. 4).

A narrativa otimista da empresa prossegue no RS de 2014, que lembra que a empresa está “entre as mais importantes” do mercado transoceânico de pelotas de minério de ferro, além de ser “um benchmark para o setor”. E como resultado direto de suas ações, o RS destaca a conclusão de seu projeto de expansão, com garantia de crescimento do lucro e dos investimentos, fundamentais para tornar suas “plantas mais seguras”, pois a empresa “aumentou os níveis de controle das atividades que representam maior risco” (GRI, 2016, p. 12).

Assim, as narrativas do período anterior ao desastre apresentam a empresa como protagonista de ações de sucesso. São autorreferentes, exaltam as realizações e a pujança nos negócios, enfatizam a divulgação de informações positivas e de sucesso, às quais a empresa se associa, proclamando-as com a clara responsabilização dos fatores internos. De modo diverso, poucas informações adversas e de caráter negativo tem destaque, e invariavelmente são atribuídas a fatores externos. É o que revelam narrativas posteriores ao desastre ambiental, nas quais a companhia deixa o protagonismo de lado e se dissocia do *disclosure* negativo, com argumentação defensiva, e aumento significativo do uso da voz passiva.

O rompimento da barragem leva a empresa a se empenhar e se contrapor às consequências adversas do desastre ambiental que causou, assim, ela tenta acomodar e apaziguar a situação, contando histórias de si mesma e fazendo projeções futuras colocadas em uma perspectiva favorável. Com esse fim, a empresa recorre ao *disclosure soft*, que não desperta susceptibilidades no leitor, com quem ela busca se identificar. Assim, o momento que está “vivendo” é descrito como uma tragédia que “lamenta profundamente”, sustentando que “laços de confiança da empresa com a sociedade” foram colocados à prova (GRI, 2016, p. 6).

A repetição de palavras especialmente selecionadas ao longo do RS, também serve para atenuar a gravidade do relato do desastre ambiental. É o que se vê com o uso recorrente da palavra impacto e derivações, porém, sem menção a impacto negativo, como seria de se esperar

... a empresa concentrou esforços na assistência emergencial às vítimas, aos seus familiares e às comunidades impactadas (...) com a destinação de recursos para as ações emergenciais; a busca pela minimização dos impactos causados pelos rejeitos (...) estamos mobilizados para reparar o que foi impactado e organizarmos os termos e os custos para arcar com os impactos gerados (GRI, 2016, p. 6).

O RS de 2015/16 dedica atenção especial ao rompimento da barragem de Fundão ocorrido em novembro de 2015. Ao longo de quase uma centena de páginas, a empresa muda o uso da linguagem em razão do *disclosure* negativo e procura descrever e justificar o ocorrido, visando, sobretudo, reparar sua imagem junto ao leitor, conforme se vê no Quadro 2, com um comparativo dos relatos dos impactos e das ações de reparação, elaborado a partir do conteúdo divulgado na seção “Sobre o Rompimento da Barragem de Fundão Ações Emergenciais”.

4.3 O Uso de estratégias de reparação da legitimidade nos relatos pós acidente

O uso das estratégias de reparação da legitimidade é apresentado nesta seção, com os resultados das análises das narrativas do desastre ambiental, as quais foram classificadas com base nas oito categorias teóricas apresentadas (Quadro 3).

Quadro 3 – Estratégias de reparação da legitimidade no desastre ambiental da Samarco

Estratégias	Narrativas
Autorização e associação com símbolos	“... conforme última auditoria realizada em julho de 2015, para atender à legislação federal 12.334/2010, à portaria 416/2012 do DNPM e à legislação estadual DN 87/2005 do COPAM, a barragem de Fundão estava estável. (...) para identificar as causas do rompimento, o escritório norte-americano <i>Cleary Gottlieb Steen & Hamilton LLP</i> foi contratado (...) com apoio de uma junta composta por especialistas geotécnicos. Tais especialistas geotécnicos identificaram que uma combinação de diversos fatores levou ao rompimento” (GRI, 2016, p. 61).
Racionalização aparente	“As barragens foram construídas em linha com a Política Nacional de Segurança de Barragens (Lei 12.334/2010), com inspeções de segurança próprias e equipes de operação em turno de 24 horas, para manutenção e monitoramento. As licenças de operação eram regularmente concedidas pela SUPRAM (...) laudos foram entregues aos órgãos competentes, indicando condição operacional segura para as barragens. Lamentavelmente, mesmo com os procedimentos de gestão de riscos associados às barragens, essas medidas não foram capazes de antever o rompimento” (GRI, 2016, p. 64).
Justificar e eximir-se da responsabilidade	“... a empresa foi envolvida em uma tragédia (...) foram identificadas questões estruturais relacionadas à galeria secundária localizada na ombreira esquerda, que levaram à conclusão de que não poderia ser colocado peso adicional sobre aquela galeria e tornaram necessária sua plugagem nos mesmos moldes da galeria principal (...) identificou-se, posteriormente ao rompimento, a presença de lentes de lama. Também se concluiu que, ao longo desse período (...) aumentava a saturação da estrutura (...) provavelmente pequenos abalos sísmicos associados a incertezas levaram ao rompimento da barragem” (GRI, 2016, p. 7-28).
Manipulação temática	“... a construção de uma nova barragem se caracteriza como um dos mais importantes marcos na contenção de rejeitos. (...) esta é uma importante iniciativa para levar ao conhecimento público, com transparência e praticidade, os procedimentos de emergência aperfeiçoados para áreas atingidas em caso de rompimento hipotético de barragem. As ações (...) podem servir para estimular modelos mais seguros de operação para o setor...” (GRI, 2016, p. 65-67).
Manipulação retórica	A empresa passou a se “relacionar com povos indígenas”. “O retorno ao PNUD depende da evolução das “tratativas relacionadas à gestão dos impactos” (...) “os rejeitos estão impactando corpos hídricos”. “Um ponto crítico do impacto em comunidades da bacia do rio Doce após o rompimento da barragem de Fundão, foi a afetação temporária do abastecimento de água. (...) O plano desenvolvido constitui um arcabouço metodológico que coordena ações de diagnóstico, de recuperação e de monitoramento, estruturadas de forma que os resultados dos diagnósticos e monitoramento obtidos numa fase subsidiem os detalhamentos das ações seguintes. Desta forma, este plano conecta-se (...) ao se basear em uma metodologia adaptativa em que as informações dos monitoramentos e as orientações recebidas das diferentes instituições ambientais são incorporadas na medida em que as ações são detalhadas e executadas” (GRI, 2016, p. 73-74).
Simplificação de Fatos	“Uma grande quantidade de informação sobre a saúde dos animais potencialmente atingidos, bem como dados de mortalidade, foi acumulada. No entanto, existe uma escassez de informações sobre os níveis de elementos tóxicos em espécies silvestres na literatura científica. (...) Remoção, transporte e destinação final de peixes mortos durante a passagem da pluma de turbidez – finalizado em maio de 2016 –, consistiram na coleta das amostras de espécies da fauna aquática, em linha com o Termo de Compromisso Socioambiental assinado em março, bem como de informações relativas à remoção de peixes mortos e seu transporte, identificação e destinação final” (GRI, 2016, p. 77).
Ação corretiva	“... a Samarco se mobilizou, desde o rompimento da barragem de Fundão, para prestar assistência às comunidades impactadas, para reinstalar a população desabrigada, apoiar a busca por desaparecidos e prestar esclarecimentos às autoridades e ao poder público” (GRI, 2016, p. 68).
Mortificação	“A Samarco lamenta profundamente as mortes associadas ao rompimento da barragem de Fundão. (...) Os sentimentos e orações de cada empregado da Samarco se direcionam, desde então, para os familiares e amigos das vítimas” (GRI, 2016, p. 4).

Fonte: Autores

Os relatórios pesquisados revelaram o uso de diferentes estratégias narrativas a fim de manipular o disclosure favoravelmente, compreendendo as oito categorias teóricas identificadas na revisão da literatura: Autorização e Associação com Símbolos, Racionalização Aparente, Justificar e Eximir-se da Responsabilidade, Manipulação Temática, Manipulação Retórica, Simplificação de Fatos, Ação Corretiva, e Mortificação. Assim, os relatos são o fruto de estratégias de dissuasão que evitam a confrontação da empresa com a realidade, bem como a atribuição de responsabilidades.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise das narrativas dos RS evidenciou que seu conteúdo não é o resultado simples de um processo lógico e racional de análise de dados (AERTS, 1994), que se oriente por relações de causa e efeito (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), e que possibilitem a clara responsabilização da empresa quanto ao *disclosure* negativo. Eles revelaram o uso de estratégias narrativas a fim de manipular o *disclosure* favoravelmente.

A categorização teórica utilizada na análise das narrativas permitiu que se identificasse a forma como acidentes ambientais interferem nos relatos. A análise do conteúdo dos RS publicados revelou as contradições das narrativas da empresa, de um lado com a clara atribuição e reconhecimento de resultados positivos (MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011), e por outro lado, com a omissão e distanciamento de fatos negativos (ASAY; LIBBY; RENNEKAMP, 2018). Por esta razão, as empresas preferem o uso da linguagem narrativa em relação à quantificável em seus RS (BECK; CAMPBELL; SHRIVES, 2010), pois a primeira permite a manipulação retórica (AERTS, 1994; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; BEATTIE, 2014; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), por meio da qual a empresa realça ações de natureza positiva (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998), ao mesmo tempo em que omite o que é danoso à sua reputação (BEN-AMAR; BELGACEM, 2018).

Assim, a empresa recorreu à estratégia da Autorização (LINDBLOM, 1983; HAHN; LULFS, 2014; LUPU; SANDU, 2017), apoiando-se em laudos que supostamente a isentariam de responsabilidade. Apesar de se amparar no estrito cumprimento de procedimentos legais, e recorrer a instituições e autoridades de renome, e de ter a seu dispor todo um aparato de laudos técnicos, a mineradora conclui, de modo generalizante, que o rompimento da barragem foi decorrente de abalos sísmicos “associados a incertezas” (GRI, 2016, p. 28). Com tal alegação ela recorre à inevitabilidade, em uma estratégia de Racionalização Aparente (HAHN; LULFS, 2014), na qual o rompimento da barragem é uma fatalidade, pois alega ter sido “envolvida em uma tragédia” (GRI, 2016, p. 7). Em seu esforço por apresentar uma versão que encontre apoio, a empresa constrói extensas narrativas, que ao final se encerram em termos de inevitabilidade do ocorrido. A narrativa revela a intenção da empresa de influenciar a opinião do leitor, pois ela sustenta que pequenos abalos sísmicos “associados a incertezas” levaram ao rompimento da barragem (GRI, 2016, p. 28).

Por esta razão a empresa recorre à estratégia de Simplificação de Fatos (CHO, 2009; HAHN; LULFS, 2014), pois tenta justificar a não divulgação dos níveis de toxicidade nos animais, alegando não haver informações científicas suficientes. De modo semelhante, a empresa fala em “investigar a relação de animais mortos”, mas encerra a questão afirmando que o inventário foi “finalizado em maio de 2016”. Ela também relata ter cuidado de grande quantidade de animais em razão da destruição ambiental, mas não informa as condições em que estes se encontravam.

Com a estratégia de Justificar e Eximir-se da Responsabilidade (SUCHMAN, 1995; BENOIT, 1997), a companhia se contrapõe aos fatos, com longas e complexas explicações (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), a fim de desviar o foco do problema (CHO, 2009). O desastre ambiental é descrito como algo que a empresa “vivenciou”, uma tragédia que deixou marcas, pois “marcou a história da Samarco”, e deixou sua “reputação profundamente abalada”.

Tal vitimização ecoa nas palavras de seu presidente, pois sustenta que a empresa veio a ser “envolvida em uma tragédia”, como se o rompimento da barragem fosse algo involuntário e sobre o qual a empresa não tivesse qualquer interferência (GRI, 2016, p. 7).

Assim, a empresa procura dissociar sua imagem do desastre ambiental, eximindo-se de responsabilidade (SUCHMAN, 1995), e atribuindo pouca importância ao fato (HAHN; LULFS, 2014). Colocadas de forma abstrata e vaga, as narrativas dificultam a associação entre a companhia e aspectos negativos. É o que se vê quando a empresa afirma que as ações de resgate de espécies “visam embasar um futuro estudo científico sobre peixes nativos no rio Doce”, quando na verdade as ações de resgate ocorreram em virtude da contaminação do rio (GRI, 2016, p. 76). Ao relatar as causas do rompimento da barragem a empresa foge à responsabilidade. Recorre a construções na voz passiva (RUTHERFORD, 2013), evita o uso de pronomes na primeira pessoa do singular (ASAY; LIBBY; RENNEKAMP, 2018), e prefere argumentação defensiva (AERTS, 1994), e ambígua (RUTHERFORD, 2013), sem clara identificação de autoria (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; RUTHERFORD, 2013; BEATTIE, 2014)

Por outro lado, a empresa assume o protagonismo com a estratégia de Manipulação Temática (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), na qual age oportunisticamente de acordo com interesses (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015; MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2017). Ela se destaca e associa-se de modo afirmativo e direto a iniciativas de sucesso, coloca-se como referência para a sociedade e para o setor de mineração em ações de reparo que executou. Para tanto, contrapõe informações (MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011), que exaltam sua reputação positiva com linguagem mais direta e objetiva. Com esta argumentação, no relato posterior à tragédia, a mineradora propagandeia ações emergenciais lembrando que constituem “uma importante iniciativa para levar ao conhecimento público”. Assim ela realça seus feitos (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), com informações auto elogiosas (CHO, 2009).

No relato a empresa associa-se diretamente a iniciativas de sucesso, e se coloca como referência para a sociedade e empresas do setor, pois suas ações representaram um enorme aprendizado e “podem servir para estimular modelos mais seguros de operação para o setor mineral”. Não obstante o relato apresentado ser em razão do rompimento da barragem, a empresa minimiza a possibilidade de ocorrência, usando o termo “hipotético” para referir-se a um eventual rompimento futuro. Segundo ela, a construção de diques e as obras para reforço das barragens, “garantiram maior fator de segurança da estrutura” (GRI, 2016, p. 65-67).

Em uma demonstração de autorreferência (RUTHERFORD, 2013), a empresa lembra que suas ações de reparo podem “estimular modelos mais seguros de operação para o setor mineral” (GRI, 2016). Tal viés egocêntrico (AERTS, 1994), é uma constante nos relatos de informações positivas, que são repetidas e reforçadas ao longo dos RS (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), constituindo-se um poderoso instrumento de memorização (DAVISON, 2009), que molda a forma como públicos relevantes percebem a corporação (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998). Por meio dele a empresa se destaca por suas ações positivas, ao contrário da estratégia da Manipulação Retórica (AERTS, 1994; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; BEATTIE, 2014), na qual se omite (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015).

Esta estratégia narrativa tem caráter dissimulador (MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011), pois recorre à linguagem complexa e menos direta (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), com a relativização dos impactos, explicações generalizantes e pouco transparentes. É o que a empresa faz quando sustenta que a pluma de rejeitos afetou apenas temporariamente a captação direta de água do rio, e com palavras atenuantes (BEATTIE, 2014; LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015), afirma que os rejeitos estão se diluindo ao longo do rio.

Com a escolha criteriosa e seletiva de palavras e expressões (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), a companhia apazigua os ânimos (SUCHMAN, 1995) e reduz a percepção de ofensividade do incidente (BENOIT, 1997). Assim, ela afirma que os “rejeitos estão

impactando corpos hídricos” (GRI, 2016). De igual modo também não informa que poluiu rios e mangues e nem as razões de instalar cercas ao longo das margens do rio Doce. A mineradora sustenta que há “animais potencialmente atingidos”, e embora fale em “investigar a relação de animais mortos” (GRI, 2016), não faz a divulgação (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015).

A empresa afirma que mobilizou sua estrutura empresarial para “lidar com as tratativas do rompimento da barragem”. Manipulando palavras, ela afirma que 11,1 milhões de m³ de rejeitos estão “se diluindo” ao longo do rio Doce, “impactando” corpos hídricos. A empresa também sustenta que o fornecimento de água foi restabelecido em 2015, mas na data de publicação do RS, que é setembro de 2017, ela declara que o abastecimento em Colatina (ES) está gradativamente voltando a ser estabelecido (GRI, 2016, p. 11-62).

Neste jogo de palavras, a mineradora afirma que passou a se relacionar com povos indígenas (GRI, 2016), omitindo os motivos que a levaram a tomar tal iniciativa. Assim, obscurece as informações negativas (CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010), pois não menciona que destruiu o habitat. A empresa realça ações de natureza positiva e ignora as que desgastam sua imagem (NEU; WARSAME; PEDWELL, 1998), com as informações sendo apenas parcialmente e seletivamente divulgadas (LEUNG; PARKER; COURTIS, 2015; MERKL-DAVIES; BRENNAN, 2017). A empresa também suprime a apresentação de dados quantitativos que poderiam elucidar os fatos, diferentemente do que faz em outras seções do RS, abundantes em informações de natureza positiva, geralmente apresentadas em gráficos, tabelas, séries históricas e ocupando páginas inteiras, com informações positivas sendo claramente identificadas em relação à autoria (AERTS, 1994; CHO; ROBERTS; PATTEN, 2010; MERKL-DAVIES; BRENNAN; MCLEAY, 2011; RUTHERFORD, 2013).

A ostensiva e massiva divulgação de ações de reparo executadas pela empresa atende ao propósito de demonstrar sua capacidade de agir, reforçando a impressão positiva a seu respeito (CHO et al., 2012; FOOKS et al., 2013), ao mesmo tempo em que a dissociam do desastre ao se sobreporem a este (ARORA; LODHIA, 2016). As informações positivas são fartamente divulgadas, com amplo destaque e identificação, pois servem à auto representação dissimuladora da empresa. Esta estratégia da Ação Corretiva (BENOIT, 1997; LINDBLOM, 1983; HAHN; LULFS, 2014; ARORA; LODHIA, 2016), serve para neutralizar os sentimentos negativos contrários (FOOKS et al., 2013), surgidos em decorrência do desastre ambiental, porém, a extensão e o alcance das obras dão uma ideia da destruição causada. A empresa faz um balanço das ações de reparo que realizou, com amplo destaque em página inteira e dados numéricos em tamanho grande, visando impressionar o leitor. Assim, informa ter distribuído cartões de auxílio-financeiro emergenciais para mais de 16 mil pessoas, e ter reconstruído sete pontes em 90 dias. Tais informações são detalhadas e tem clara identificação dos responsáveis e amplo protagonismo da empresa

As obras de reparo são de grande envergadura e extensão, pois compreendem a construção de casas, pavimentação de ruas calçadas e praças, resgate de animais, manejo da terra e de blocos de pedra, construção de diques e de adutoras, perfuração de poços, reconstrução de pontes. Nelas a empresa assume o protagonismo, no entanto, ao divulgar tais ações, ela assume ao menos implicitamente a responsabilidade pelo evento negativo (LINDBLOM, 1983). Desta forma, a empresa se exhibe ao público como a executora de grandes obras civis e de assistência social, pois com prontidão e eficiência em agir, ela cuida das pessoas e dos animais (DUFF, 2011; BOIRAL, 2013). Assim, a ampla divulgação das obras de reparo e contenção de danos visa à construção de uma realidade alternativa (BAUDRILLARD, 2010) em lugar da destruição.

Finalmente, com a estratégia da Mortificação (SUCHMAN, 1995; BENOIT, 1997), a organização admite seu erro e “lamenta profundamente as mortes”, e com aparente resignação declara ter refletido e aprendido a lição, demonstrando estar pronta a retomar suas atividades. Assim, a empresa expressa seu pesar pelas mortes associadas ao rompimento da barragem, junto

com sentimentos e orações em prol de familiares e amigos das vítimas. Ela lamenta a dispensa de 40% dos funcionários, um ajuste para “adequar a empresa a um novo momento”. Este momento viria a partir de “ampla reflexão” imposta pela tragédia, e que levaria a empresa a construir um “propósito comum” com a sociedade. Os ajustes atingiriam a figura de seu diretor-presidente, pressionado a se afastar por conta de inquéritos policiais, comunicados discretamente em nota de rodapé no RS.

Em sua estratégia de Mortificação, a empresa visa restaurar sua imagem, e no texto introdutório do RS traz a ideia de uma “nova Samarco”, capaz de se tornar um modelo para outras empresas do setor, contribuindo para a “mineração mais segura”, bem como “trabalhar na busca de boas práticas”, e “retomar a confiança da sociedade”. Planos que se enquadram idealmente em um “propósito comum”, planejado como elemento de futuridade vago e impreciso (GRI, 2016, p. 6-7).

CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi analisar as estratégias de legitimação utilizadas no *disclosure* ambiental visando neutralizar eventos negativos como grandes acidentes ambientais. A pesquisa verificou que o *disclosure* ambiental negativo é manipulado retoricamente, com a empresa agindo de forma oportuna e deliberada para se contrapor a informações adversas, publicando quantidade massiva de informações positivas que ofuscam e desviam a atenção do leitor do *disclosure* negativo, o qual é neutralizado com o uso da argumentação defensiva e atenuante, com supressão de dados objetivos e de natureza quantitativa.

A análise do conteúdo dos RS permitiu constatar as contradições existentes entre os relatos que a empresa faz nos períodos anteriores ao desastre, daqueles publicados após a sua ocorrência. Os quais passam da ostensiva atribuição e reconhecimento de resultados positivos, para a omissão e distanciamento de fatos negativos que possam corroer sua legitimidade. Assim, as narrativas do período anterior ao desastre são caracterizadas pela estratégia de Atribuição. Nelas empresas têm o protagonismo com relatos que enaltecem sua reputação positiva, reforçada por expressões de otimismo e autoelogios. Para tanto, organizações recorrem à linguagem mais direta e objetiva, que as colocam em destaque e como centro das atenções, pois associam a organização de modo inequívoco às iniciativas bem sucedidas. Tal forma de relato diverge do que é apresentado no RS posterior ao desastre, pois atende à estratégia de Omissão de fatos. Com ele a empresa usa argumentação defensiva e inerentemente ambígua, além de recorrer à linguagem mais complexa e menos direta, com explicações generalizantes e pouco transparentes. Nesta forma de relato, empresas evitam relação com o *disclosure* negativo, cujos impactos relativizam com longas explicações, vagas e abstratas.

A manipulação das narrativas dos RS também é útil à criação de uma realidade alternativa, na qual a companhia se redime do desastre ambiental propagandeando estrategicamente extensivas ações de reparo que executa. Nelas ela se apresenta como benfeitora e referência moral em meio a um contexto de devastação e mortes, omitido de forma tão dissimulada. Porém, a amplitude e visibilidade atribuídas a estas ações, além da forma ostensiva e massiva com que são divulgadas, dão a dimensão da gravidade do ocorrido. Tais ações de reparação, que empresas não executariam gratuitamente e sem interesse próprio dentro de uma estratégia de legitimação, denunciam a responsabilidade da companhia.

Assim, o amplo conjunto de estratégias narrativas aos quais a empresa recorre na elaboração dos RS, se revela um exercício de manipulação de conteúdo com pouca consistência e com prazo de validade. Concebidas à parte da realidade objetiva dos fatos, narrativas comprovam seu limitado alcance, pois vieram a ser desmentidas após três anos de sua publicação, com a ocorrência de outro desastre ambiental em janeiro de 2019, em barragem de rejeitos rompida no município de Brumadinho (MG), da mesma companhia controladora, e com consequências incomparavelmente maiores em número de vítimas.

Recomenda-se para estudos futuros pesquisas que explorem as estratégias de *disclosure* ambiental de empresas que operam em setores potencialmente poluidores, mais especificamente o setor de mineração em razão dos grandes desastres ambientais ocorridos no Brasil, como o de Mariana e mais recentemente o de Brumadinho em Minas Gerais. Os impactos ambientais e a ampla repercussão que trazem na sociedade, levam as mineradoras a recorrerem a diferentes estratégias de legitimação, como de expansão e omissão do *disclosure* ambiental, de manipulação das narrativas, bem como no uso de imagens nos RS publicados após eventos desta natureza, visando a reparação da imagem da corporação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AERTS, W. On the use of accounting logic as an explanatory category in narrative accounting disclosures. **Accounting Organizations and Society**, Great Britain, v. 19, n. 5, p. 337-353, 1994.
- ARORA, M. P.; LODHIA, S. The BP Gulf of Mexico oil spill: Exploring the link between social and environmental disclosures and reputation risk management. **Journal of Cleaner Production**, v. 140, p. 1287-1297, 2016.
- ASAY, H. S.; LIBBY, R.; RENNEKAMP, K. Firm performance, reporting goals, and language choices in narrative disclosures. **Journal of Accounting and Economics**, v. 65, p. 380-398, 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BAUDRILLARD, J. **Simulacra and simulation**. Michigan: The University of Michigan, 2010.
- BEATTIE, V. Accounting narratives and the narrative turn in accounting research: Issues, theory, methodology, methods and a research framework. **The British Accounting Review**, Lancaster, v. 46, p. 111-134, Jan. 2014.
- BECK, A. C.; CAMPBELL, D.; SHRIVES, P. Content analysis in environmental reporting research: Enrichment and rehearsal of the method in a British-German context. **The British Accounting Review**, v. 42, p. 207-222, Abr. 2010.
- BEN-AMAR, W.; BELGACEM, I. Do socially responsible firms provide more readable disclosures in annual reports? **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 25, p. 1009-1018, 2018.
- BENOIT, W. L. Image repair discourse and crisis communication. **Public Relations Review**, v. 23, n. 2, p. 177-186, 1997.
- CHO, C. H. Legitimation strategies used in response to environmental disaster: A French case study of Total S.A.'s Erika and AZF incidents. **European Accounting Review**, v. 18, p. 33-62, 2009.
- CHO, C. H. et al. Do actions speak louder than words? An empirical investigation of corporate environmental reputation. **Accounting Organizations and Society**, v. 37, n. 1, p. 14-25, 2012.
- CHO, C. H.; ROBERTS, R. W.; PATTEN, D. M. The language of US corporate environmental disclosure. **Accounting Organizations and Society**, v. 35, n. 4, p. 431-443, 2010.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DE GROOT, E. et al. Picture this: Developing a model for the analysis of visual metadiscourse. **Journal of Business and Technical Communication**, v. 30, n. 2, p. 165-201, 2015.
- DEMAJOROVIC, J.; LOPES, J.C.; SANTIAGO, A. L. F. The Samarco dam disaster: A grave challenge to social license to operate. **Resources Policy**, v. 61, p. 273-282, 2019.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. The discipline and practice of qualitative research. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage, 2000, cap. 1, p. 15-41.

FOOKS, G. J. et al. The limit of corporate social responsibility: Techniques of neutralization, stakeholder management and political CSR. **Journal of Business Ethics**, v. 112, p. 283-299, 2013.

HAHN, R.; LULFS, R. Legitimizing negative aspects in GRI-oriented sustainability Reporting: A Qualitative analysis of corporate disclosure strategies. **Journal of Business Ethics**, v. 123, p. 401-420, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. **Laudo Técnico Preliminar: Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. v. 1, p. 1-38, Nov. 2015.

LEUNG, S.; PARKER, L.; COURTIS, J. Impression management through minimal narrative disclosure in annual reports. **The British Accounting Review**, v. 47, p. 275-289, Maio 2015.

LINDBLOM, C. K. The concept of organizational legitimacy and its implication for corporate social responsibility disclosure. **American Accounting Association Public Interest Section Working Paper**, 1983.

LUPU, I; SANDU, R. Intertextuality in corporate narratives: A Discursive analysis of a contested privatization. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 3, p. 534-564, 2017.

MERKL-DAVIES, D. M.; BRENNAN, N. M. A Theoretical framework of external accounting communication. Research perspectives, traditions, and theories. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, v. 30, n. 2, p. 433-469, 2017.

MERKL-DAVIES, D. M.; BRENNAN, N. M.; MCLEAY, S. Impression management and retrospective sense making in corporate narratives. **Accounting Auditing & Accountability Journal**, v. 24, n. 3, p. 315-344, 2011.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 45, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.fgv.br/rae/artigos/revista-rae-vol-45-num-1-ano-2005-nid-44774/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

NAZARI, J. A.; HRAZDIL, K.; MAHMOUDIAN, F. Assessing social and environmental performance through narrative complexity in CSR reports. **Journal of Contemporary Accounting & Economics**, v. 13, n. 2, p. 166-178, 2017.

NEU, D.; WARSAME, H.; PEDWELL, K. Managing public impressions: Environmental disclosures in annual reports. **Accounting, Organizations and Society**, Great Britain, v. 23, n. 3, p. 265-282, 1998.

ROBERTS, J. The manufacture of corporate social responsibility: Constructing corporate sensibility. **Organization**, London, v. 10, n. 2, p. 249-265, 2003.

RUTHERFORD, B. A genre-theoretic approach to financial reporting research. **The British Accounting Review**, v. 45, n. 4, p. 297-310, 2013.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 3, p. 571-610, Jul. 1995.